REFORMA AGRÁRIA — VISTORIA — COMUNICAÇÃO PRÉVIA

— É essencial para validade de vistoria de propriedade sujeita a desapropriação para reforma agrária a comunicação escrita e prévia ao proprietário, preposto ou representante.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Mandado de Segurança nº 23.210

Impetrante: Joaquim Miranda Granja e outra

Impetrado: Presidente da República

Relator: Sr. Ministro MARCO AURÉLIO

Despacho do relato

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.210-1 — medida (227) liminar

Proced.: Paraná

Relator: Min. Marco Aurélio

Impetes.: Joaquim Miranda Granja e outra

Adv.: Ricardo Cantu Baggio

Impdo.: Presidente da República

Decisão — Liminar

Desapropriação — Reforma Agrária —
Vistoria — Notificação — Inexistência —
Decreto Desapropriatório — Suspensão De
Eficácia — Liminar Deferida.

1. Na inicial deste mandado de segurança, busca-se demonstrar a insubsistência de decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, datado de 13 de agosto de 1988 e publicado no Diário Oficial do dia imediato, que implicou a declaração de interesse social, para fins de reforma agrária, no imóvel rural conhecido como Fazenda São Joaquim, situado no Município de Terra Rica, Estado do Paraná. Em síntese, aponta-se a inobservância do disposto no § 2º do artigo 2º da Lei nº 8.629, de 24 de fevereiro de 1993. Consoante o sustentado, a vistoria promovida pelo INCRA realizara-se sem a prévia comunicação escrita ao proprietário, preposto ou representante. Em segundo lugar, argüi-se a ofensa ao princípio da ampla defesa, no que, ajuizada ação na Justiça Federal visando à produção antecipada de provas, deixara-se de aguardar o desfecho respectivo. Por último, argumenta-se

que o imóvel é produtivo, não sendo, assim, passível de desapropriação nos moldes previstos nos artigos 185, inciso II, e 186 da Carta Política da República. É pleiteada liminar que viabilize na suspensão da eficácia do decreto desapropriatório até o julgamento final deste mandado de segurança, que deverá resultar, de acordo com o pedido ora formulado, na declaração de nulidade do decreto. À inicial juntaram-se os documentos de folha 10 à 115.

Estes autos vieram-me conclusos no dia de ontem.

2. Reiterado tem sido os pronunciamentos desta Corte acerca do caráter essencial da comunicação escrita ao proprietário, preposto ou representante sobre a vistoria a ser realizada objetivando a definição dos parâmetros da propriedade, isto tendo em conta a reforma agrária — Mandados de Segurança nºs 22.164/SP, 22.165/MG, 22.193/SP, 22.264/DF e 22.319/SP. No caso dos autos, afirma-se o descumprimento da formalidade legal, assertiva suficiente a dar respaldo à concessão da medida acauteladora requerida.

3. Defiro a liminar e suspendo a eficácia do decreto acima referido. Solicitem-se informações à autoridade tida como coatora.

4. Cite-se a União Federal, considerada a qualificação de ré neste mandado de segurança.

5. Publique-se.

Brasília, 18 de agosto de 1998.

Ministro MARCO AURÉLIO, Relator